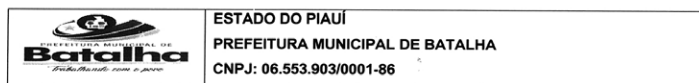


Id:10EF225D7F2E35CC



PORTARIA Nº 122/2023

DE, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre lotação definitiva de servidor, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Batalha, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e;

Considerando, que a escola de origem (Unidade Escolar Edson da Costa Araújo), na Localidade Canabrava, Zona rural deste município, encontra-se desativada desde 2015.

Considerando, o pedido da servidora para lotação definitiva na Creche Mãe Sinharinha.

RESOLVE

Art. 1º - LOTAR DEFINITIVAMENTE a servidora **MARIA DO ROSÁRIO MEDEIROS SANTOS** Professora – 40 horas, CPF sob o nº 349.400.303-34, na Creche Mãe Sinharinha, zona urbana deste município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Batalha, em 14 de setembro de 2023.


 JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO
 Prefeito Municipal

Id:09FEC703AB7C3359



ADITIVO Nº 005/2023 AO CONTRATO 071/2022

Segundo ADITIVO DE VALOR ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 071/2022 que trata da AMPLIAÇÃO E REFORMA do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, na zona urbana de Várzea Branca - PI celebrado entre o município de Várzea Branca - PI e a empresa EUGENIO VALDO DE ALMEIDA - EPP (EVAC).

CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE VÁRZEA BRANCA - PI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 41.522.103/0001-07, com sede na Praça Santa Teresinha s/n - Centro - VÁRZEA BRANCA-PI, por intermédio do seu representante legal, o Prefeito Municipal o senhor RAIMUNDO NONATO ALVES PAES LAMDIM, brasileiro, casado, Servidor público municipal, inscrito no CPF sob o nº 394.293.773-53, residente e domiciliado na cidade de VÁRZEA BRANCA - Piauí;

CONTRATADO: a empresa EUGENIO VALDO DE ALMEIDA - EPP (EVAC), com sede na Localidade Tanque Velho s/n - Zona Rural - São Braz do Piauí - PI, inscrita no CNPJ Nº 25.243.927/0001-83, aqui representada pelo seu procurador o Senhor Eulânio de Almeida Sousa, brasileiro, casado, Técnico em Edificações, inscrito no CPF nº. 008.521.563-59.

DO OBJETO: Ampliação e Reforma do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, na zona urbana de Várzea Branca - PI, celebrado com fundamento na Lei 8.666/93 - Tomada de Preços nº 001/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Administração decide com fundamento no Artigo 65, I, b, da Lei 8.666/93, adicionar o valor de R\$ 66.627,01, equivalente a 22,12% (vinte e dois virgula doze por cento) acrescentando os serviços de: Piso Externo/Estacionamento e Mureta de Proteção, elevando o Contrato original para o valor total de R\$ 448.705,02 (quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA- Permanecem válidas e inalteradas as demais condições pactuadas no contrato original, no que não conflitar com o presente termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e conhecimentos tiveram.

Várzea Branca-PI, 15 de setembro de 2023.
 RAIMUNDO NONATO ALVES PAES
 LAMDIM:39429377353
 RAIMUNDO NONATO ALVES PAES LAMDIM
 CONTRATANTE

Assinado de forma digital por
 RAIMUNDO NONATO ALVES PAES
 LAMDIM:39429377353
 Data: 2023.09.15 07:43:40 -03'00'

Id:0471B122355433E7



PORTARIA Nº 002/2023, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

Regulamentar a Política de Educação em Tempo Integral no Município de Várzea Branca - PI.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA BRANCA - PI, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor do art. 11 do Decreto nº 10.686 de 22 de abril de 2021;

CONSIDERANDO as disposições do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO a autonomia do ente federado acerca da organização da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que a Educação Integral está prevista no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - As atividades de Educação Integral serão realizadas em toda a rede municipal de ensino deste Município, abrangendo a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos iniciais e Finais).

Art. 2º - As despesas referentes à Educação Integral serão custeadas por dotação orçamentária própria, observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observado o disposto no inciso X do caput do art. 167 da Constituição.

Art. 3º - Deverá ser realizado anualmente, o acréscimo de no mínimo 10% (dez por cento) do número de vagas de Educação em Tempo Integral, com vistas à universalização deste tipo de atendimento.

Art. 4º - Quanto à infraestrutura para escolas onde se oferta a ampliação de jornada, o programa de Educação de Educação Integral atenderá ao disposto no artigo 11 do Decreto nº 10.686/2021.

Art. 5º - Serão listadas as atividades de acompanhamento de acordo com a disponibilidade, aferida conforme o Censo Escolar.

Art. 6º - A seleção de mediadores e facilitadores de aprendizagem se dará por Chamada Pública, e observará a Lei do Voluntariado (Lei n. 9.608/1998).

Art. 7º - Secretaria Municipal de Educação realizará, anualmente, levantamento de recursos humanos de forma a garantir que haja pessoal suficiente para proporcionar a efetivação das atividades de Educação Integral.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação realizará a gestão dos insumos - como alimentação escolar, materiais pedagógicos, entre outros recursos-, na perspectiva da educação integral, prezando pela qualidade do ensino.

Art. 9º - O Município indicará a equipe técnica responsável pelo Programa de Educação Integral, para realização de acompanhamento pedagógico, logística e execução do Programa e gestão de insumos e recursos humanos para a oferta com qualidade da jornada em tempo integral.

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Educação expedirá rotineiramente às famílias e à comunidade escolar comunicados acerca da oferta de tempo integral, seus benefícios e as mudanças na rotina escolar em virtude de sua implementação.

Art. 11 - O Município instituirá métodos periódicos de avaliação de forma a acompanhar a expansão das matrículas de tempo integral, com vistas à universalização deste tipo de atendimento.

Art. 12 - O controle social sobre a aplicação dos recursos transferidos no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral será exercido pelo Município e pelos respectivos conselhos previstos no art. 33 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 13 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Branca - PI, 13 de setembro de 2023.


 TEODORO PAES LANDIM FILHO
 Secretário Municipal de Educação